

CONCURSO PÚBLICO

N.º 1200218

AQUISIÇÃO DE

MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO PARA O SETOR DE COLHEITAS POR AFÉRESE

DO INSTITUTO PORTUGUÊS DO SANGUE E DA TRANSPLANTAÇÃO, IP

PROGRAMA DO CONCURSO

PROGRAMA DO CONCURSO

Artigo 1.º

OBJETO DO PROCEDIMENTO

O concurso tem por objecto a adjudicação de uma proposta de fornecimento de Material de Consumo Clínico para o Setor de Colheitas por Aférese, para o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP (*doravante designado por IPST, IP*), de acordo com o disposto no Caderno de Encargos.

Artigo 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o INSTITUTO PORTUGUÊS DO SANGUE E DA TRANSPLANTAÇÃO, IP (IPST, IP), com sede na Avenida Miguel Bombarda, 6 – 1000-208 Lisboa, com o telefone n.º 210 063 046, fax n.º 210 063 070, e-mail aprovisio@ipst.min-saude.pt e com o site www.ipst.pt, estando a utilizar a Plataforma Electrónica de Contratação Pública: www.vortalgov.pt.

Artigo 3.º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Diretivo do IPST, IP, a 03/abril/2018.

Artigo 4.º

ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS DO CONCURSO

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri do Concurso.

Artigo 5.º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. Além dos documentos referidos nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 do artigo 57.º do CCP (Anexo I e II), as propostas devem ser instruídas com os seguintes documentos:

- a) Declaração onde conste, por posição, a marca e país de origem dos produtos, o tipo de embalagem de distribuição que utiliza, referindo nomeadamente o número de artigos que comporta;
- b) Declaração na qual os concorrentes garantam que os preços apresentados se mantêm inalteráveis durante a vigência do contrato;
- c) Deverão ser apresentados Certificados de Qualidade dos Produtos propostos;
- d) Marcação CE;
- e) Documentos idóneos de licenciamento e registo nos países de origem ou em países da Comunidade Europeia;
- f) Os artigos fornecidos deverão cumprir os requisitos de qualidade da CE, definidos pela Diretiva 98/97/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, transposta para o direito português pelo Decreto-Lei n.º 189/2000, de 12 de Agosto;
- g) Em conformidade com o n.º 3 do Despacho n.º 15 247/2004 (2ª Série), de 29 de Julho, deverão apresentar declaração comprovativa, emitida pelo INFARMED ou INSA, conforme o caso, da situação regularizada quanto ao pagamento da (s) taxa(s) nos termos do n.º 2 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 312/2002, de 20 de Dezembro alterado pelo artigo n.º 155º da Lei 3-B/2010, de 28 de Abril (OE 2010) e pelo artigo 176º da Lei 66-B/2012, de 31 Dezembro (OE2013).

h) A não apresentação da declaração referida na alínea anterior, constitui fundamento de exclusão do concurso.

i) Folhetos informativos dos produtos propostos;

j) **Prazo de entrega:**

j.1) Deverá ser obrigatoriamente expresso em dias, entendendo-se as expressões “entrega imediata” ou “entrega à medida das necessidades”, ou outra expressão não quantificada, quando utilizadas, significam que as entregas são feitas no prazo máximo de 4 horas, a contar da hora de interpeção para a entrega, em que o prazo máximo aceite é de 48 (quarenta e oito) horas.

j.2) Prazos de entrega com inclusão de textos, como “salvo rotura em stock”, “sujeito a confirmação do fabricante” ou outros textos que visam ressaltar e/ou condicionar os prazos a contratuar, é factor de exclusão da proposta.

k) **AMOSTRAS:**

k.1) Para efeitos de avaliação dos termos e condições das propostas da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, os concorrentes deverão apresentar amostras dos bens propostos, na quantidade mínima de 2 (duas) unidades;

k.2) As amostras deverão ser apresentadas em invólucro ou embalagem opaca e fechada, cujo rosto deverá indicar a seguinte informação:

- i) Nº e designação do presente procedimento;
- ii) Designação “AMOSTRAS” e identificação do Lote;
- iii) Designação do concorrente;

k.3) O local de entrega das amostras deverá ser efectuado no seguinte endereço:

EDIFÍCIO	MORADA	CÓDIGO POSTAL	SERVIÇO
SEDE	Av. Miguel Bombarda, 6	1000-208 LISBOA	Serviço de Aquisições

k.4) As amostras deverão ser entregues diretamente ou enviado por correio registado, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para apresentação de propostas;

k.5) A receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.

k.6) Os resultados dos testes técnicos que não se enquadre nos parâmetros previstos no Caderno de Encargos, é factor de exclusão da proposta.

k.7) **Equipamento para avaliação das amostras:**

- i) Separador Celular de acordo com as características definidas na Cláusula 43ª do Caderno de Encargos.
- ii) Os esclarecimentos a que se refere a alínea anterior são prestados pelo IPST, IP até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

l) **EQUIPAMENTO ACESSÓRIO A DISPONIBILIZAR:**

l.1) Catálogos originais ou no caso de fotocópias, estas deverão ser de boa qualidade e preferencialmente a cores, sendo autenticadas com o carimbo da empresa concorrente e, em língua portuguesa ou inglesa;

l.2) Software e respetivas licenças para aquisição e análise de resultados;

l.3) Programa de formação técnica;

- I.4) Memória Descritiva do equipamento;
 - I.5) Plano e programa de trabalhos de instalação;
 - I.6) Marca, modelo e País de origem;
 - I.7) Prazo de entrega;
 - I.8) Plano de manutenção preventivo dos equipamentos;
 - I.9) Os concorrentes deverão apresentar, obrigatoriamente, o programa de manutenção e assistência Técnica periódica do equipamento, de acordo com as boas práticas de fabrico e manipulação, sendo o adjudicatário responsável pela sua integral manutenção e conservação, incluindo o fornecimento de todos os produtos/consumíveis indispensáveis ao seu funcionamento (incluindo todo o restante material necessário para a execução dos testes)
 - I.10) **Contactos do adjudicatário** para o IPST, IP solicitar intervenção correctiva e/ou preventiva dos equipamentos acessórios.
2. Os documentos que integrem a proposta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP são redigidos em língua portuguesa.
 3. Os documentos previstos nos números anteriores obedecem ao disposto nos n.ºs 3 a 6 do artigo 57.º do CCP.
 4. A não apresentação, nas condições exigidas, de algum dos documentos referidos nos números anteriores, constitui fundamento de exclusão do concurso.

Artigo 6º

PROPOSTAS VARIANTES/PARCIAIS

1. Os bens a concurso são constituídos pelo número de lotes previstos no Caderno de Encargos do presente Concurso, devendo as propostas contemplar todas as posições de cada lote *per si* ou todas as posições de todos os lotes.
2. Não é admissível a apresentação de propostas variantes e/ou parciais dentro de cada lote.

Artigo 7º

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. As propostas devem ser apresentadas até às **17:59** do dia 13 de abril de 2018 na Plataforma Electrónica utilizada pelo IPST, IP em www.vortalgov.pt.
2. O disposto no número anterior não prejudica a eventual suspensão do prazo de apresentação das propostas resultante da verificação da situação prevista no artigo seguinte, bem como a sua prorrogação nas condições previstas no artigo 64.º do CCP.

Artigo 8º

ESCLARECIMENTOS

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 e no n.º 3 do artigo 50.º do CCP, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, podem os interessados apresentar, *ao Conselho Diretivo do IPST, IP*, através do site www.vortalgov.pt uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, relativos aos elementos previstos no n.º 2 do artigo 50.º do CCP, respeitando ainda as condições previstas no n.º 8 do mesmo artigo.

2. A decisão do Júri sobre os erros e omissões, identificadas pelos interessados, devem ser proferidas até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que por ele não sejam expressamente aceites.
3. As listas apresentadas pelos interessados nos termos do n.º 1, bem como a decisão do Conselho Diretivo do IPST, IP prevista no número anterior, são publicitadas no site www.vortalgov.pt, devendo ainda aquela decisão ser junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta e imediatamente notificada a todos os interessados que as tenham adquirido.
4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9º

PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

É de 66 dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Artigo 10º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na **avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar**, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 74º do CCP, de acordo com o modelo de avaliação constante do **Anexo II** do presente Programa, que dele faz parte integrante.
2. A adjudicação será efetuada por lote.

Artigo 11º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Nos termos previstos no art.º 81º do CCP, conjugado com a Portaria nº 372/2017, de 14 de Setembro, em fase de notificação de adjudicação e no prazo de 10 (dez) dias a contar dessa notificação, o adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
 - b) **Registo criminal** do adjudicatário e seus titulares (*alínea a), b) e h) do nº1 do art.º 55º do CCP*);
 - c) Documento comprovativo de se encontrar regularizada a sua situação relativamente às contribuições para a **Segurança Social** em Portugal, ou no Estado de que é nacional, ou onde se encontra estabelecido (*alínea d) do nº1 do art.º 55.º do CCP*);
 - d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português, emitido pela **Repartição de Finanças** do domicílio do contribuinte nos termos do Dec. - Lei nº 236/95 de 13 de Setembro (*alínea e) do nº1 do art.º 55º do CCP*);
 - e) Registo Nacional da Pessoa Coletiva – Certidão Permanente.
2. Os documentos referidos no número anterior devem ser redigidos em língua portuguesa e ser apresentados nos termos previstos, respetivamente no artigos 4.º, 5.º e 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de Dezembro.
3. O prazo a conceder para a supressão de irregularidades detectadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86º do CCP, será de 5 (cinco) dias.

ANEXOS



ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)** (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do Acordo-Quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo **(3)**:

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura **(4)**].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

